



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
15 DE MARÇO DE 2016

N.º 07/2016

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.ª
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Pág.

- | | |
|--|---|
| 1 – Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 26 de fevereiro de 2016..... | 3 |
| 2 – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes – Comemoração dos 50 anos – Ratificação de Despacho | 4 |
| 3 – Freguesia de Alvações do Corgo – Decisão de Denúncia de Contrato de Arrendamento – Despejo Imediato - Ratificação de Despacho..... | 5 |

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

Serviços de Tesouraria

- | | |
|--|---|
| 4 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 26 de fevereiro a 10 de março de 2016..... | 6 |
|--|---|

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

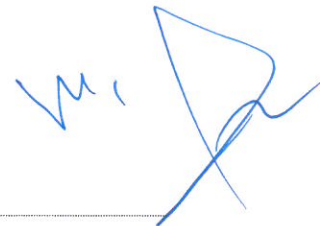
- | | |
|---|----|
| 5 – Pedido de Parecer Prévio para a Celebração de Contrato de Prestação de Serviços para o Controlo Analítico da Qualidade da Água para Consumo Humano, Piscinas Municipais, Águas Balneares e Águas Residuais - artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro..... | 7 |
| 6 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Maria Otelinda Ribeiro Correia – União das Freguesias de Louredo e Fornelos | 11 |
| 7 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Maria Fernanda Madureira Coelho – União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane..... | 13 |

UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,

DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Serviço da Ação Social

- | | |
|--|----|
| 8 – A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – Pedido de Comparticipação Financeira..... | 15 |
| 9 – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes – Desfibrilhador Automático Externo – Pedido de Comparticipação Financeira..... | 16 |



ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 26 de fevereiro de 2016

----- 1 – Presente à reunião as deliberações da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 26 de fevereiro de 2016: -----

----- “PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----

----- Ponto 1.1 – Ata da sessão ordinária realizada no dia 27 de novembro de 2015 - Aprovada, por maioria. -----

----- Ponto 1.2 – Leitura resumida do expediente e prestação de informações e esclarecimentos - Tomado Conhecimento. -----

----- Ponto 1.3 – Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD) – Recomendar à Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, a alteração da denominação atual, para Freguesia de Santa Marta - Reprovada, por maioria. -----

----- PERÍODO DA “ORDEM DO DIA” -----

----- Ponto 2.1 – Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) - Tomado Conhecimento. -----

----- Ponto 2.2 - Deliberar sobre formas de apoio às Freguesias – Comparticipação Financeira no Programa Ocupacional - Aprovação dos montantes a transferir, (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de janeiro de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.3 – Deliberar sobre a alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Santa Marta de Penaguião – RMUE (alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 5 de fevereiro de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.4 – Deliberar sobre a Constituição da Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2, e aprovar os respetivos Estatutos, (alínea u), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 17 de fevereiro de 2016) Aprovado, por unanimidade. -----



----- Ponto 2.5 - Deliberar sobre a proposta de Regulamento para Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Município de Santa Marta de Penaguião (alínea g), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 17 de fevereiro de 2016 - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.6 - Discutir o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição (alínea h), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 18 de fevereiro de 2015) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO” -----

----- Intervenção do munícipe Jorge Miguel Teixeira – Pedido de esclarecimento relativo ao Conselho Municipal da Juventude.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes – Comemoração dos 50 anos – Ratificação de Despacho

----- 2 – Presente à reunião, para ratificação, o despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes completou no último dia 9 do corrente mês de Março os 50 anos da sua existência. O Município não poderia deixar de se associar a esse dia festivo, para além realçar o trabalho, a abnegação, a generosidade e eficácia manifestada por todo o corpo de bombeiros, assumir as despesas com o almoço comemorativo que tem lugar no próximo dia 13 deste mês. -----

----- Considerando que a reunião ordinária da Câmara Municipal só tem lugar no próximo dia 15, ou seja, em data posterior à realização do evento e não ser possível reunir extraordinariamente o Executivo, com o objectivo único de deliberar autorizar aquelas despesas, determino ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que se proceda à



aquisição da prestação de serviços de restauração e à realização da correspondente despesa que se estima em 6.300,00€.

----- Este despacho deve ser presente à próxima reunião da Câmara Municipal, para efeitos de ratificação nos termos da supra mencionada disposição legal.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, proferido ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

**Freguesia de Alvações do Corgo – Decisão de
Denúncia de Contrato de Arrendamento – Despejo
Imediato - Ratificação de Despacho**

----- 3 – Presente à reunião, para ratificação, o despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que recaiu sobre a Decisão do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvações do Corgo, que a seguir se transcreve: -----

----- “ Decisão -----

----- Nos termos do disposto no artigo 126 n.s 2 e 3 do DL 280/2007 de 7 de Agosto esta Junta de Freguesia denunciou o contrato de arrendamento rural aparentemente existente entre esta autarquia como proprietária e a Sociedade Agrícola – Dr. Pessanha de Carvalho e Melo, S.A., com sede na case de Vilarinho - S. Romão, 5060-630 S. Romão, Sabrosa, relativamente aos prédios inscritos na matriz predial desta freguesia de Alvações do Corgo, sob os artigos rústicos 536-B e 114 urbano. -----

----- O prazo para entrega dos bens pelo presumível arrendatário terminou hoje a 10 de Março de 2016, não tendo sido acatada a decisão pela arrendatária. -----

----- Solicito ao Exmo Presidente da Câmara Municipal que determine o despejo imediato e requisite a proteção da GNR para apoiar a execução. -----

----- Alvações do Corgo, 10 de Março de 2016 -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 07 de 15 de março de 2016



----- O Presidente da Junta de Freguesia -----

----- Assinatura: João Santos Silva" -----

----- Despacho do Senhor Presidente da Câmara: " Determino o despejo imediato nos termos do n.º 1,2,3 e 4 do artigo 126 do DL 280/2007" -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, proferido ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

Serviços de Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa de 26 de fevereiro a 10 de março de 2016

----- 4 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 26 de fevereiro a 10 de março de 2016, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	10/03/2016
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		333 230,81	Despesas Orçamentais (*)		1 006 830,89
Execução orçamental	154 540,37		Correntes	772 400,08	
Operações de tesouraria	178 690,44		Capital	234 430,81	
			(*) Compromissos	5 809 709,47	
Receitas Orçamentais		1 299 079,25	Operações de tesouraria		69 837,20
Correntes	1 083 878,00		Saldo para o dia seguinte:		622 668,93
Capital	215 201,25		Execução orçamental	446 788,73	
Operações de tesouraria		67 026,96	Operações de tesouraria	175 880,20	
Total		1 699 337,02	Total		1 699 337,02

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Pedido de Parecer Prévio para a Celebração de Contrato de Prestação de Serviços para o Controlo Analítico da Qualidade da Água para Consumo Humano, Piscinas Municipais, Águas Balneares e Águas Residuais - artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

----- 5 – Presente à reunião, informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I – Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio. -----

----- 1. Considerando o disposto no n.º 5, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, conjugado com o artigo 1º do Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro, previsto no artigo 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, que diz respeito ao regime transitório da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgãos e serviços da Administração Pública, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, mantendo-se, nos termos do n.º 1 do referido artigo 75.º a aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. -----

----- 2. Por sua vez, o n.º 12, da retrocitada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 2, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

----- 3. De acordo com o disposto no n.º 6, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

----- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público, bem como da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para desempenhar as funções subjacentes à contratação em causa. -----

----- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

----- 4. Será tido em consideração o conteúdo do número 10 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, não estando sujeito ao disposto no número 1 e na alínea c) do n.º 6 a



celebração em 2016, de contratos de aquisição de serviços cuja celebração já tenha sido objeto de duas reduções, previstas na mesma disposição legal e obtido, nos mesmos anos, pareceres favoráveis ou registos de comunicação, desde que a quantidade a contratar e o valor a pagar não sejam superiores ao da última redução. -----

----- 5. Por outro lado, será tido em conta o artigo 2º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, no que respeita à progressiva reversão da redução remuneratória prevista na Lei 75/2014, de 12 de setembro. -----

----- II- Do contrato de prestação de serviços a celebrar-----

- 1 - É intenção do Município de Santa Marta de Penaguião celebrar um contrato de prestação de serviços para o “Controlo Analítico da Qualidade da Água para Consumo Humano, Piscinas Municipais, Águas Balneares e Águas Residuais”, para dar cumprimento ao estipulado no Plano de Controlo da Qualidade da Água, aprovado pela Entidade Reguladora (PCQA) – ERSAR. -----
- 2 - Considerando que o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas, aprovado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, estabelece no seu artigo 24.º, n.º 1 que *“nenhum dos órgãos ou serviços, pode iniciar procedimento para a contratação de prestação de serviços ou recrutamento de trabalhador por tempo indeterminado, determinado ou determinável que não se encontre integrado no mapa de pessoal para o qual se opera o recrutamento, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para as funções ou postos de trabalho em causa”* cujos termos e tramitação desse procedimento prévio se encontra regulado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de Fevereiro. -----
- 3 - Considerando, no entanto, que nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro, no caso das autarquias locais, a entidade gestora da mobilidade especial autárquica (EGMA), a constituir no âmbito das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais são as EGRAS (Entidade Gestora da requalificação nas Autarquias). -----
- 4 - Considerando que de acordo com o artigo 16.º-A, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, aditado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, caso a EGMA não esteja constituída, que é o caso que se verifica na Comunidade Intermunicipal do Douro, a lista nominativa dos trabalhadores que são colocados em situação de requalificação, a



entidade que os colocou nessa situação assume a posição de EGRA para todos os efeitos, ou seja, a função é desempenhada nos municípios pelo presidente da câmara municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do referido Decreto-Lei, na sua atual redação. -----

- 5 - Considerando que esta matéria foi objeto de análise em sede de reunião de coordenação jurídica realizada entre a Direcção-Geral das Autarquias Locais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, cuja solução interpretativa homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local em 17 de Julho último, refere que as autarquias locais não têm que consultar Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), entidade gestora do sistema de requalificação e da definição e controlo das políticas de recrutamento interno e externo na Administração Pública, no âmbito do procedimento prévio de recrutamento dos trabalhadores em situação de requalificação. -----
- 6 - Considerando que no mesmo sentido se pronunciou a Secretaria de Estado da Administração Pública, conforme Nota n.º 5/JP/2014, que mereceu a concordância do Senhor Secretario de Estado em 10 de Julho de 2014. -----
- 7 - Considerando que dada a natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, se constata que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----
- 8 - Para o contrato em causa estima-se um valor de 7 500,00 € (Sete mil e quinhentos euros), acrescido de taxa de IVA legal em vigor. -----
- 9 - Com vista à adjudicação do contrato de prestação de serviços em causa é intenção adotar o procedimento de ajuste direto, com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos, com convite a entidade especializada nesta matéria. ----
- 10 - Considerando que neste Município não existem trabalhadores em situação de requalificação nem equipamento para o serviço a desempenhar. -----
- 11 - Atendendo à natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----



12 - Na situação individual e concreta, revela-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego pública para a execução dos serviços objeto do contrato. -----

13 - De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável, cujo teor se dá por integralmente reproduzido na emissão do parecer prévio, o contrato de prestação de serviços em causa tem cabimento orçamental prevista em Plano de Atividades Municipal, com classificação orçamental sob o código 2.4.4_02/02.02.25_04 Projeto / Ação N.º 68/14. -----


----- III – Da proposta em sentido estrito. -----

----- Considerando que: -----

----- Foi aprovado pela entidade competente (ERSAR), em 28/10/2015 e 28/12/2012, o Plano de Controlo analítico da Qualidade da Água para 2016 (PCQA) de SMP (alta e baixa respetivamente), devendo proceder-se à sua implementação, de acordo com o número 1 do artigo 15º do Decreto-lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, sob pena da aplicação das contraordenações previstas no artigo 31º do Decreto-Lei referido. -----

----- Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 5 e no n.º 12, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015) conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.os 3-B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de prestação de serviços referente à “Controlo Analítico da Qualidade da Água para Consumo Humano, Piscinas Municipais, Águas Balneares e Águas Residuais”, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 12, do artigo 75º, da Lei n.º Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável para a celebração do contrato de prestação de serviços “Controlo Analítico da Qualidade da Água para Consumo Humano, Piscinas Municipais, Águas Balneares e Águas Residuais”, nos termos da informação dos serviços.**



Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º

da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Maria Otelinda

Ribeiro Correia – União das Freguesias de Louredo e Fornelos

----- 6 – Presente à reunião requerimento da Senhora Maria Otelinda Ribeiro Correia, na qualidade de herdeira de João Teixeira Correia e Ricardina Pinto Ribeiro, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, para efeitos de celebração de uma escritura de partilha. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- “INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, Maria Otelinda Ribeiro Correia, na qualidade de herdeira de João Teixeira Correia e Ricardina Pinto Ribeiro, solicitou o parecer nos termos do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura de partilha, dos prédios que passo a descrever: -----

---- Prédio rústico, sito no lugar de Banduje, com a área de 1375 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 396-1A, da União de Freguesias de Louredo e Fornelos, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 1400; -----

----- Prédio rústico, sito no lugar de Bustelo, com a área de 4250 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 639-A, da União de Freguesias de Louredo e Fornelos, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião; -----

----- 1/8 prédio rústico, sito no lugar de Sobreiral, com a área de 3312 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 838-B, da União de Freguesias de Louredo e Fornelos, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião. -----

----- PARECER -----

----- Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----



----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

----- Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujos, extrato se encontra anexo, os prédios rústicos a que se reporta o pedido em questão, localizam-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
396-1A	PDM	O prédio rústico insere-se em espaços florestais de proteção
639-A	PDM	O prédio rústico insere-se em espaços agrícolas
838-B	PDM	O prédio rústico insere-se em espaços florestais de produção

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa a: -----

1. Constituição de propriedade no artigo: -----

- 396-1A, na proporção de $\frac{1}{2}$ indiviso a favor de cada um dos seguintes: Maria Otelinda Ribeiro Correia e Vítor João Ribeiro Correia; -----
- 639-A, na proporção de $\frac{1}{2}$ indiviso a favor de cada um dos seguintes: Vítor João Ribeiro Correia e Celeste Pinto Ribeiro. -----

2. Ampliação de partes no artigo 838-B, na proporção de $\frac{1}{8}$ indiviso a favor de Maria Otelinda Ribeiro Correia e de $\frac{7}{8}$ indivisos a favor de Laurindo Pinto Pereira. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de partilha visando a constituição de propriedade no artigo 396-1ª e 639-A e a ampliação de partes no artigo 838-B, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----



----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição da compropriedade e ampliação de partes requerida. -----

----- Considerando que, a requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos serviços.** -----

Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Maria Fernanda Madureira Coelho – União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane

----- 7 – Presente à reunião requerimento da Senhora Maria Fernanda Madureira Coelho, na qualidade de cabeça de Casal da herança de Maria Dulce Rebelo Madureira Coelho, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, para efeitos de celebração de uma escritura de partilha. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- “INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, Maria Fernanda Madureira Coelho, na qualidade de cabeça de Casal da herança de Maria Dulce Rebelo Madureira Coelho, solicitou o parecer nos termos do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura de partilha, do prédio que passo a descrever: -----

----- Prédio rústico, com a área de 12.218 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 238-2B, da União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 390. -----

----- PARECER -----



----- Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2/9, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no n.º 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

----- Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujos, extrato se encontra anexo, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localizam-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
238-2B	PDM	O prédio rústico insere-se em espaços agrícolas

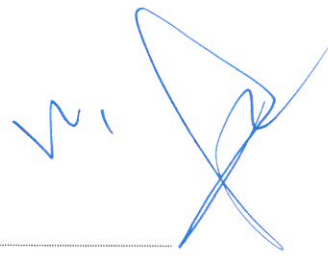
----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa a constituição de compropriedade no artigo infra, na proporção de ½ indiviso a favor de: Maria Fernanda Madureira Coelho e Maria Adelaide Rebelo Coelho da Silva. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de partilha visando a constituição de compropriedade no artigo 238-2B, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do n.º 2 do artigo 54.º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23/08, pretende



abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição da compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos serviços.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO,
AÇÃO SOCIAL E TURISMO
Serviço da Ação Social**

**A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento
Pedido de Comparticipação Financeira**

----- 8 – Presente à reunião ofícios da A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento, registados sob os n.ºs 407 e 424 de 26 de fevereiro e 1 de março respetivamente do corrente ano, a dar conhecimento que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's) do Concelho de Santa Marta de Penaguião (A2000, Centro Social e Paroquial de São Miguel de Lobrigos, Fundação Carneiro Mesquita, Fundação Luís Vicente e Centro Social e Paroquial Santa Eulália- Cumieira) vão promover durante o ano de 2016 eventos solidários para angariação de fundos. -----

----- Desta forma, solicitam à Câmara Municipal um apoio para a realização dos eventos solidários, bem como um donativo, que será distribuído em partes iguais pelas cinco entidades. -

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 350,00 (trezentos e cinquenta euros). O Senhor Vereador, José Manuel Moreira Lopes, ausentou-se na discussão e votação deste ponto.** -----



**Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários
de Fontes – Desfibrilhador Automático Externo –
Pedido de Comparticipação Financeira**

----- 9 – Presente à reunião ofício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes, registado sob o n.º 504 de 10 de março do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes possui desde 2008, uma ABSC – Ambulância de Socorro, com todo o equipamento que a regulamentação definia aquando da sua aquisição. -----

----- Com a entrada do Programa Nacional de Desfibrilhação Automática Externa, o INEM, entidade que superentende a emergência no território Nacional, fez algumas alterações no que concerne à homologação de algumas marcas de desfibriladores, tendo algumas, que os corpos de bombeiros detinham nas suas ambulâncias ficado fora dessa homologação. O desfibrilhador que temos na nossa ABCS foi um dos que ficou de fora, sendo assim, impossibilitado de exercer a sua função. -----

----- Assim, porque se trata de um equipamento que as ambulâncias de socorro têm de ter, porque em qualquer momento podem salvar vidas e, querendo os operacionais deste CB executar da melhor forma o socorro à população, o Comando deste Corpo de Bombeiros, vem por este meio solicitar a V. Ex^a. um subsídio para a aquisição do desfibrilhador, LifePak 1000 do Plano Nacional de DAE do INEM cujo valor é de 2700 € mais IVA a 6%..” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 2.700,00€ (dois mil e setecentos euros) acrescido do IVA a 6%. -**

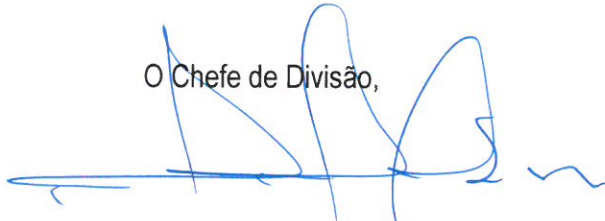
Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 07 de 15 de março de 2016

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:45 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)